

Infraestrutura Brasil Holding 28 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

2.2. Descrição das políticas contábeis materiais--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento--Continuação

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros dessa categoria de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A mensuração desses ativos é pelo valor justo e suas alterações, assim como, os custos das transações são reconhecidos no resultado do período quando incorridos.

O principal ativo financeiro refere-se a:

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

Aplicações financeiras com vencimentos superiores a 90 dias e com risco significativo de mudança de valor de mercado são tratadas em linha exclusiva na rubrica Aplicações Financeiras no Balanço Patrimonial e seus reflexos na Demonstração de Fluxo de Caixa.

Infraestrutura Brasil Holding 28 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

2.2. Descrição das políticas contábeis materiais--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

O principal passivo financeiro não derivativo da Companhia é fornecedores.

Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulante se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

As compras a prazo não são ajustadas pelo valor presente em função do curto prazo para vencimento das obrigações, cujo compromisso é liquidado no prazo máximo de até 30 dias da emissão da nota fiscal/fatura.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Infraestrutura Brasil Holding 28 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

2.2. Descrição das políticas contábeis materiais--Continuação

b) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, as taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da administração, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Estimativas e premissas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

d) Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente juros ativos de aplicações financeiras, juros passivos sobre empréstimos e financiamentos, variações monetárias e cambiais passivas e eventuais inadimplências, quando aplicável.

Infraestrutura Brasil Holding 28 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

2.2. Descrição das políticas contábeis materiais--Continuação

e) Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:
- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulante.

f) Reconhecimento de receita

A Companhia realiza prestação de serviços de consultoria em gestão de negócios e criação de valor na área empresarial.

A Companhia reconhece a receita pela prestação de serviço à medida que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pela Companhia.

A receita bruta de serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Inicialmente a receita é apresentada pelo valor bruto, e, subsequentemente, deduzidas dos tributos incidentes sobre os serviços prestados, abatimentos e descontos comerciais.

Infraestrutura Brasil Holding 28 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Em 2025, houve novos e alterações aos pronunciamentos contábeis abaixo indicados:

- CPC 02 (R2) é o Pronunciamento Técnico que trata dos efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis, normatizando como incluir transações em moeda estrangeira (importações, exportações, empréstimos) e como converter as demonstrações contábeis de uma empresa no exterior (controlada, coligada) para a moeda de apresentação no Brasil, usando taxas de câmbio específicas para ativos, passivos, receitas e despesas, visando clareza para investidores.
- OCPC 10 é uma norma contábil criada pela CVM e CPC, que estabelece regras para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e CBIOS, visando trazer transparência ao mercado de descarbonização e alinhar-se às práticas internacionais, impactando como as empresas registram esses ativos e passivos ambientais.
- O CPC 18 (R3) é o pronunciamento técnico sobre Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, objetivo deste Pronunciamento é estabelecer a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).
- A ICPC 09 (R3) é uma Interpretação Técnica emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que trata das Demonstrações Contábeis Individuais, Separadas e Consolidadas, além da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

Estas normas contábeis não afetaram as demonstrações financeiras em 2025.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

- NBC TG 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis: Emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em dezembro de 2025, esta norma alinha a contabilidade brasileira à IFRS 18. Ela introduz uma nova estrutura para a Demonstração do Resultado (DRE), com categorias padronizadas (operacional, investimentos e financiamentos) e regras mais claras para o uso de subtotais e indicadores de desempenho. A vigência está prevista para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo o CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades conexas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais

A Companhia está avaliando os impactos destas alterações nas demonstrações financeiras.

Infraestrutura Brasil Holding 28 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de Caixa

Descrição	2025	2024
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	5.606	863
Total	5.606	863

(i) As aplicações financeiras são representadas por aplicações em Fundos de Investimentos com remunerados à taxa média em 2025 de 90% até 110% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (90 % até 110% em 2024).

5. Tributos a recuperar

Descrição	2025	2024
IRRF S/ aplicação financeira	-	3
Saldo negativo de IRPJ	-	3
Total	-	6

6. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 03 de janeiro de 2023, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária a constituição da Companhia com o capital social no valor de R\$400,00 (quatrocentos Reais) mediante a emissão de 400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a integralizar.

Em 16 de janeiro de 2024, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária aprovar o aumento do capital social da Companhia, dos atuais R\$400,00 (quatrocentos reais) para R\$33.405 mediante a emissão de 33.405.276 (trinta e três milhões, quatrocentas e cinco mil, duzentas e setenta e seis) novas ações ordinárias nominativas e sem valor normal, totalmente integralizado em moeda corrente, subscritas neste ato por Pátria Infraestrutura III Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, acionista representando a totalidade do capital social da Companhia.

Em 16 de outubro de 2025 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária aprovar o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$129.000, passando de R\$33.405 para R\$163.005, mediante a emissão de 129.600.000 (cento e vinte e nove milhões e seiscentas mil) ações ordinárias.

Do valor total do aumento, R\$48.000 já foram integralizados, enquanto R\$81.600 serão integralizados conforme condições vinculadas a um contrato de prestação de garantia (carta de fiança), firmado em 17 de outubro de 2025 pelo acionista controlador da Companhia.

Infraestrutura Brasil Holding 28 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

O capital social totalmente subscrito e parcialmente integralizado é de 81.404.917 (oitenta e uma milhões, quatrocentas e quatro mil, novecentas e dezessete) ações todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas neste ato pelo acionista controlador.

7. Receita líquida de serviços

Descrição	2025	2024
Receita da prestação de serviços	7.752	-
(-) Impostos incidentes	(1.105)	-
Total	6.647	-

8. Despesas e custos por natureza

Descrição	2025	2024
Pessoal e despesas relacionadas - nota explicativa 11	(23.085)	(1.779)
Serviços profissionais	(1.086)	(115)
Impostos e taxas	(49)	(3)
Outras despesas operacionais (a)	(25.369)	-
Total	(49.589)	(1.897)
Custo dos serviços prestados	(23.085)	-
Despesas com pessoal	-	(1.779)
Despesas administrativas	(1.086)	(115)
Outras despesas operacionais	(25.418)	(3)
Total	(49.589)	(1.897)

(a) Refere-se substancialmente a pagamentos de serviços técnicos de terceiros relacionados a teses de investimento do Grupo Patria cuja obrigação de pagamento é assumida pela Companhia.

Infraestrutura Brasil Holding 28 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Resultado financeiro

Descrição	2025	2024
Receitas financeiras		
Receitas financeiras sobre aplicações	27	16
Total	27	16
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(1)	(42)
Juros sobre empréstimo	-	(148)
Variação cambial negativa	-	(666)
Total	(1)	(856)
Total resultado financeiro	26	(840)

10. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(42.916)	(2.737)
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	34%	34%
Crédito de IRPJ e CSLL calculados com base nas alíquotas nominais	14.591	931
(-) Despesas não dedutíveis	(15.304)	(931)
Outras deduções	238	-
Resultado de imposto de renda e contribuição social corrente	(475)	-

A Companhia não registrou ativo fiscal diferido em função de não possuir histórico e perspectiva de lucratividade, por se tratar de uma holding.

11. Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$22.209 a título de gratificação não habitual do pessoal chave da Administração e o montante de R\$256 a título de bônus (R\$1.779 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

Infraestrutura Brasil Holding 28 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Contingências

Até a emissão das demonstrações financeiras, a Companhia não estava envolvida em demandas judiciais como ré ou autora com probabilidade de perda provável que exija registro contábil de provisão para contingência, que possam impactar estas demonstrações financeiras, sejam estes processos de natureza trabalhista, tributária ou cível, bem como não há processos com probabilidade de perda possível a serem divulgados.

13. Instrumentos financeiros

a) Gerenciamento dos riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

i) *Estrutura de gerenciamento de riscos*

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de mercado*

O risco de taxa de juros da companhia decorre, substancialmente, de aplicações financeiras (CDI) e captações de empréstimos (SOFR - *Secured Overnight Financing Rate*), a Companhia ficou exposta aos riscos da taxa de juros em 2024, entretanto não houve impactos significativos. O valor contábil dos ativos financeiros apresentado abaixo, representa a exposição máxima do crédito.

Infraestrutura Brasil Holding 28 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

ii) *Risco de mercado*

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Ativos financeiros</u>		
Caixa e equivalente de caixa	5.606	863
	<u>5.606</u>	<u>863</u>

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir o máximo possível, que sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

31/12/2025	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Fornecedores	44	-	-	-	44	44
Obrigações fiscais	96	-	-	-	96	96
	<u>140</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>140</u>	<u>140</u>

31/12/2024	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Fornecedores	12	-	-	-	12	12
	<u>12</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12</u>	<u>12</u>

b) Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40 (R1), "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

Infraestrutura Brasil Holding 28 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal.

A Companhia não possui contratos de dívidas com terceiros de empréstimos ou financiamentos que denote risco no seu gerenciamento de capital e de caixa.

i) *Valor justo dos instrumentos financeiros*

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

2025	Hierarquia do valor justo	Categoria	31/12/2025		31/12/2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Ativos financeiros</u>						
Caixa e equivalente de caixa	Nível 1	Valor Justo	5.606	5.606	863	863
Impostos a recuperar	-	Custo amortizado	-	-	6	6
			5.606	5.606	869	869
	Hierarquia do valor justo	Categoria	31/12/2025		31/12/2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<u>Passivos financeiros</u>						
Fornecedores	-	Custo amortizado	44	44	12	12
Obrigações fiscais	-	Custo amortizado	96	96	-	-
			140	140	12	12

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 para esses ativos e passivos.

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, por tanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.

ii) *Hierarquia de valor justo*

O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi nível 1 e 2.